

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , de 2017

(Do. Sr. Leo de Brito)

Requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle sobre o desvio de verbas federais da saúde indígena do Estado do Acre, deflagrada na Operação Abaçai.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 71, IV, da Constituição Federal e no Art. 100, § 1º, c/c art. 60, II e com o art. 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª que sejam adotadas as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União sobre o desvio de verbas federais da saúde indígena do Estado do Acre, deflagrada na Operação Abaçai.

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 20/07/2017, a Polícia Federal (PF) e a Controladoria Geral da União (CGU) deflagraram no Estado do Acre a Operação Abaçai, que investiga o desvio de verbas federais destinadas a saúde indígena na Região do Alto Purus.

Segundo as investigações, o montante das fraudes chega a mais de R\$ 9 milhões de reais, através do superfaturamento de contratos de fornecedores do Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Purus (DSEI/PURUS).

Os contratos investigados são das áreas de lavanderia, alimentação e transporte aéreo destinado ao atendimento da saúde indígena. Ao total, 3 servidores do DSEI/PURUS foram afastados e 18 pessoas são investigadas pelo crime de corrupção passiva e peculato.

Assim, esta Comissão, com auxílio do Tribunal de Contas da União, poderá cumprir papel de relevância na investigação do desvio verbas federais destinadas a saúde indígena no Estado do Acre, de modo que, com aprofundamento das investigações, sejam apontados os agentes públicos e as empresas responsáveis.

Sala da Comissão, agosto de 2017.

Deputado Leo de Brito
PT/AC